

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

HABENT SUA FATA LIBELLI



LISBOA  M M I V



O USO DO MARFIM, NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS, DURANTE O CALCOLÍTICO

por

JOÃO LUÍS CARDOSO
Académico de Número
Professor Associado
da Universidade Aberta

*Ao Doutor Fernando Guedes,
em testemunho de amizade e admiração*

1 – Introdução

Em trabalho anterior, estudou-se a presença de conchas de origem africana no território português, no decurso do Neolítico Final e/ou do Calcolítico, servindo como elementos de adorno ou a outros usos (CARDOSO & GUERREIRO, 2001/2002). Importava, pois, integrar tais achados em contexto mais amplo de trocas e de contactos comerciais, do qual fariam, naturalmente, parte integrante. Uma das evidências mais expressivas desta realidade é a presença do marfim, em bruto ou trabalhado, em contextos pré-históricos portugueses. A descoberta, em Agosto de 2002, de uma porção proximal de um alfinete indiscutivelmente de marfim, no povoado calcolítico fortificado de Leceia (Oeiras), no decurso da vigésima campanha de escavações ali realizada sob responsabilidade do signatário (Fig. 1), esteve na origem imediata deste pequeno contributo, valorizando-se assim uma das componentes mais relevantes da realidade calcolítica da baixa Estremadura: a franca abertura a estímulos culturais exógenos, veiculados pelo

comércio transregional de matérias-primas ou de artefactos de prestígio, por vezes a longa distância, entre os quais o marfim, em bruto ou manufacturado, inquestionavelmente, se inscreve.

2 – Condições de jazida

O exemplar provém de sector entre a segunda e a terceira linha de muralhas, perto de uma antiga entrada lajeada existente na primeira das referidas muralhas (Muralha O), a qual foi posteriormente obstruída intencionalmente, na perspectiva de melhorar as capacidades defensivas do recinto (Fig. 2). Foi recolhido na Camada 3, em camada terrosa pouco compacta e pulverulenta, de coloração amarelo-acinzentada devido à presença de cinzas; integra-se, deste modo, no Calcolítico Inicial da Estremadura, no quadro geral definido na estação (CARDOSO, 1997, 2000), cuja cronologia foi situada entre cerca de 2900/2800 e 2600 anos a. C. (CARDOSO & SOARES, 1996). Perto, jaziam outros objectos ideotécnicos de calcário, calcite e osso, de mistura com abundante espólio de carácter doméstico. Trata-se, pois, de uma das áreas mais ricas da estação, onde se concentrariam numerosas estruturas habitacionais (Fig. 3).

3 – Descrição da peça e comparações com exemplares calcolíticos portugueses

Trata-se da porção proximal de um alfinete de secção circular, com cabeça achatada, ultrapassando o diâmetro da haste e inclinada para a frente. A natureza da matéria-prima não oferece dúvidas: a típica alternância de bandas de tonalidades diferentes, características do marfim, observa-se a todo o comprimento da peça, sendo especialmente evidente na extremidade conservada, por esta seccionar transversalmente aquelas.

Do ponto de vista tipológico, a morfologia desta peça aproxima-a singularmente dos ídolos de corpo cilíndrico, mais ou menos bombeado, com estrangulamento numa das extremidades e cabeça achatada, por vezes inclinada para a frente, tal como na peça em apreço. Conhecem-se em Leceia alguns destes exemplares, de osso, igualmente recolhidos na Camada 3, do Calcolítico Inicial (CARDOSO, 2003, Fig. 46). Alguns possuem parti-

cularidade notável: trata-se de uma leve goteira, ou chanfro, aberto na dita extremidade, acentuando a sua concavidade. Este tipo de ídolos é relativamente comum em necrópoles estremenhas: da Lapa do Bugio, Sesimbra, conhecem-se diversos exemplares, também todos de osso, alguns deles munidos da goteira a que se fez referência (CARDOSO 1992, Est. 3, n.º 9; Est. 5, n.º 17; Est. 20, n.ºs 21 e 22; Est. 46, n.ºs 1 a 49) e da gruta artificial 1 de São Pedro do Estoril, publicaram-se dois (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964, Est. E, n.ºs 31 e 32). Estes últimos inserem-se em contexto pré-campaniforme, situação comum a exemplar análogo recolhido no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro, Azambuja (PAÇO, 1960, Fig. 4, n.º 22). Segundo A. do Paço, citado por V. Leisner e colaboradores (*op. cit.*, p. 57), este exemplar encontrava-se «numa pequena parte do estrato pré-campaniforme intacto». Tal afirmação é plenamente concordante com a posição estratigráfica das peças homólogas de Leceia, também elas oriundas da Camada 3, reportável ao Calcolítico Inicial.

Sendo certas as afinidades destas peças com o alfinete de marfim agora objecto de estudo, a primazia, neste particular, vai para um alfinete de osso de corpo encurvado e cabeça oblíqua maciça, do tipo «agulha de croché», proveniente da *tholos* de Pai Mogo, Lourinhã (GALLAY *et al.*, 1973, Fig. 70, n.º 381; Est. 16, c). A morfologia da extremidade deste exemplar lembrou aos autores a hipótese de se tratar de uma ave; neste caso, teria em um alfinete de Vila Nova de São Pedro o seu paralelo mais próximo (PAÇO, 1960, Fig. 3, n.º 59). É interessante registar a existência de alfinetes análogos, também rematados por aves, mas de marfim, na cultura egípcia badariana, de época pré-dinástica (BRUTON & CATON-THOMPSON, 1928, Pl. 53, n.º 20).

4 – O comércio de marfim no Calcolítico peninsular

4.1 – O sudeste peninsular

A referência ao norte de África e ao Egipto pré-histórico como áreas de onde seriam originárias influências culturais, expressas por artefactos encontrados nesta finisterra ocidental tem uma larga tradição historiográfica na produção arqueológica portuguesa. O exemplo mais expressivo desta linha difusionista é, talvez, o trabalho que E. Jalhay dedicou a algumas

peças recolhidas em Vila Nova de São Pedro, que reporta a tais influências culturais (JALHAY, 1943).

Com efeito, são de há muito conhecidos certos ídolos, idênticos aos da Estremadura portuguesa acima referidos, como dois exemplares reproduzidos (SIRET, 1908, Fig. 8), mais tarde também publicados por G. e V. Leisner, oriundos da sepultura 40 de Los Millares, Almería (LEISNER & LEISNER, 1943, Tf. 10, n.^{os} 144, 145), confeccionados em marfim de hipopótamo, facto que faz reportar àquela área geográfica a sua origem, já que seria improvável a importação de tal matéria-prima do Senegal.

A presença de peças calcolíticas em marfim de elefante é de há muito conhecida, tanto em Portugal como, sobretudo, na Andaluzia (ALMAGRO-BASCH, 1959); embora algumas possam ser, na verdade, de osso, existem muitas evidências da presença de tal matéria-prima, ou mesmo de peças importadas já manufacturadas, como poderá ser o caso do notável pente, fabricado em duas placas simétricas ajustadas longitudinalmente, recolhido na sepultura 12 de Los Millares, acerca do qual L. Siret apresenta as seguintes judiciosas considerações (SIRET, 1908, pp. 139, 140): «L'habileté de ce procédé démontre un art perfectionné, une industrie avancée, des ateliers et des artisans spéciaux, établis dans un centre où l'ivoire était abondant et se travaillait depuis longtemps sur une grande échelle. Ce centre n'était pas l'Espagne, privée d'éléphants, ni la côte d'en face, où une semblable industrie n'a jamais existé.» Deste modo, o autor sublinha as características, tecnologicamente avançadas do fabrico da peça, segundo ele presentes em exemplares micénicos.

A propósito da origem oriental desta peça de marfim importa referir duas outras, também assim consideradas e igualmente muito conhecidas: trata-se de placas de marfim em forma de segmento de círculo, com perfurações múltiplas ao longo do bordo rectilíneo, recolhidas nas *tholos* 7 e 5 de Los Millares (LEISNER, 1945, Est. 7, n.º 45; Est. 9, em baixo). Consideradas por este autor réplicas votivas do machado egípcio de cobre, seriam indícios a ter em conta quanto à própria origem do marfim que, deste modo, não proviria do Norte de África mas sim, já manufacturado, do Egipto. Esta opinião quanto à origem do marfim é partilhada por M. Almagro-Basch, que voltou a valorizar estas peças, no âmbito do estabelecimento da cronologia de Los Millares, tendo presente que os hipotéticos protótipos de machados de cobre egípcios do final do III milénio a. C., que de facto se assemelham às peças em causa (ALMAGRO-BASCH, 1959; ALMAGRO-BASCH &

ARRIBAS, 1963, pp. 240 e seg., Fig. 28). Porém, a simples convergência formal é manifestamente insuficiente para a arrojada tão conexão cultural; embora de marfim, tais peças poderiam corresponder a outros objectos (HARRISON, 1977, p. 50).

4.2 – *O território português*

No concernente ao território português, mantêm-se as dificuldades em destrinçar quais as peças verdadeiramente de marfim, especialmente as de menores dimensões, dada a semelhança de tal matéria com o osso. Prova disso é a contradição observada, frequentemente, na atribuição de uma mesma peça a uma ou a outra daquelas substâncias, por autores diferentes, ou até pelo mesmo autor: tenha-se presente, por exemplo, a contradição existente entre o título do estudo que A. do Paço dedicou aos objectos de osso e marfim de Vila Nova de São Pedro para no texto não separar os primeiros dos segundos, remetendo a estes últimos todas os exemplares desenhados (PAÇO, 1960). Esta dificuldade é muitas vezes insuperável: decorre da pequenez dos artefactos e da patina que estes adquiriram, mascarando a estrutura da matéria-prima original; apenas em certos casos particulares se observa a estrutura do marfim, como no exemplar do alfinete de Leceia que esteve na origem deste estudo (Fig. 1), correspondendo ao típico zonamento do marfim que, uma vez alterado, se destaca em lamelas concêntricas.

Estácio da Veiga assinalou, no Algarve, alguns artefactos que podem, com maior probabilidade, pertencer a marfim e como tal têm sido considerados: o primeiro, provém do monumento dolménico de Nora, Cacela (VEIGA, 1886, Est. 14, n.º 10; LEISNER & LEISNER, 1943, p. 203). Trata-se de objecto em calote de esfera decorada na periferia, a toda a volta, por motivos reticulados incisos. Esta peça poderá interpretar-se como remate do cabo de um punhal (ALMAGRO BASCH, 1959; ALMAGRO-BASCH & ARIBAS, 1963, Lám. 188; HARRISON, 1977, p. 39), preferível à hipótese de ser «tampa de caixa» (GONÇALVES, 1997, p. 174; 2003, p. 28). As afinidades mediterrâneas deste exemplar a outros, do final do III milénio a. C. foram já assinaladas por M. Almagro, a começar por um oriundo de Los Millares, por si publicado. Mas esta peça, a corresponder, como se disse, ao remate do cabo de punhal, é de remeter para o início da Idade do Bronze, indicando reutilização do sepulcro megalítico onde foi encontrada.

Outro artefacto de marfim da Pré-História algarvia é um pente igualmente com decoração reticulada em toda a superfície, proveniente da *tholos* de Marcela, também pertencente à freguesia de Cacela (*op. cit.*, Est. 21, n.º 2), este com evidentes paralelos em homólogos calcolíticos.

Afastada a hipótese de se tratar de artefactos de osso, Estácio da Veiga admitiu a alternativa, na sequência de observação de Cartailhac, de corresponderem a marfim do elefante africano subactual, espécie que teria sobrevivido até àquela época no Algarve (VEIGA, 1889, pp. 212, 213). De facto, o elefante africano de floresta (*Loxodonta africana cyclotis*) ocupava ainda, no Período Romano, uma faixa do litoral mediterrâneo, da Tripolitânia ao Atlântico e até aos contrafortes do Atlas (KRZYSKOWSKA & MORLOT, 2000, p. 323). Em abono desta realidade, é de referir que Plínio-ovelho, em H.N., VII, 11 (32), indica que os elefantes continuavam a obter-se no Norte de África ainda na sua época (século I d. C.), relatando que o primeiro general romano a atravessar o Atlas encontrou florestas repletas de elefantes, o que corrobora a conclusão da subespécie de floresta existir ainda nessa época a tais latitudes. Foi ali, certamente, que os Cartagineses obtinham os seus elefantes de guerra, cuja extinção se terá verificado apenas no século IV d. C., época em que cessam as referências a caçadas de elefantes naquela região (trata-se do actualmente marroquino território da Mauritânia Cesareia).

Apesar da extinção tardia da subespécie no Norte de África, não se crê, porém, que tenha alguma vez transposto o estreito de Gibraltar, não se confirmando a hipótese subscrita por E. Cartailhac; da mesma forma, afigura-se inverosímil a possibilidade de se tratar de aproveitamento de marfim fóssil de elefantes quaternários. Com efeito, os exemplares de defesas de elefantes quaternários do território português (*Elephas antiquus*) que se conhecem por observação directa, apresentam-se muito mineralizados e quebradiços, impossíveis de afeiçoamento, situação que difere significativamente dos marfins de mamute plistocénicos, que foram intensamente utilizados na confecção de peças decorativas e de adorno, até ao século XIX. Acresce o facto de sua extrema raridade no País, onde apenas se referenciou um exemplar de defesa de elefante inteiro e um outro incompleto, não sendo nenhum deles originário do Algarve (ANTUNES & CARDOSO, 1992); deste modo, o aproveitamento de marfim fóssil afigura-se, também, francamente improvável.

Ainda mais expressivo do comércio calcolítico do marfim do território

hoje português, seja ou não de origem norte-africana, é a presença, em diversos monumentos da necrópole de Alcalar, de porções de marfim não trabalhado. É o caso de peça recolhida no monumento 4, descrito por Estácio da Veiga: «Era um fragmento cortado longitudinalmente de um dente de elefante: tinha por isso uma secção plana e outra convexa. O raio correspondente a esta curva mediu 0,05 m, e portanto o diâmetro do dente devêra ter o dobro. O único trabalho que recebeu foi o da serragem, e segundo parece estaria destinado para alguns artefactos.» Também desta notável *tholos* provém um núcleo de marfim, destacado do dente por serragem, «mui provavelmente para diversos artefactos» (VEIGA, 1889, p. 223).

A presença insistente de marfim, manufacturado ou em bruto, nos sítios algarvios referidos explica-se, pois, pela proximidade geográfica do Norte de África, bem como dos mercados calcolíticos mediterrâneos; que tal comércio se estendeu à Estremadura, é-nos indicado por alguns objectos, naturalmente muito mais escassos que os reconhecidos no Algarve. Uma lista de tais ocorrências, resultantes de observações directas dos exemplares, foi já feita para o território português (HARRISON, 1977, p. 51); algumas delas pertencem, inquestionavelmente, à época campaniforme, como é o caso de alguns botões com perfuração em V das grutas artificiais de Palmela. Deste conjunto sepulcral, é de destacar «uma grande conta de marfim», recolhida por A. I. Marques da Costa na Gruta III da necrópole da Quinta do Anjo, Palmela (COSTA, 1907, Est. 16, n.º 386). A descrição do autor não oferece dúvida quanto à natureza da matéria-prima: «O marfim, de que é formada, está pela sua grande antiguidade a separar-se naturalmente em camadas cylíndricas muito regulares, cujo eixo commum é paralelo ao da conta, mas não se confunde com elle.»

5 – Discussão

As referências acima transcritas bastariam para demonstrar a existência do comércio calcolítico de marfim em bruto, ulteriormente transformado, nos locais peninsulares de destino, em diversos artefactos, ao gosto e necessidades específicas dos seus habitantes, ou já importados manufacturados. Trata-se, afinal, de processo idêntico ao observado, a partir do século VIII a. C., nas estações orientalizantes da Andaluzia, onde ocorrem caixas e plaquetas de marfim cuja estilística decorativa indicam frequente-

mente fabricos locais, a partir de matéria importada em bruto; a realidade mais óbvia desta evidência é já de época púnica, sendo ilustrada pelo achado subaquático de dentes de elefante do cabo de Palos, Cartagena (CARDOSO, 2001). Aliás, o comércio marítimo calcolítico ao longo da costa ocidental atlântica, entre a Estremadura portuguesa, a Galiza e a Bretanha, encontra-se bem documentado pela difusão dos vasos campaniformes «marítimos» (SALANOVA, 2000); não existe, pois, nenhuma razão para não se aceitar, por maioria de razão, a mesma realidade em sentido contrário, isto é, entre a Estremadura e o Sudeste peninsular – situação plenamente comprovada pelos materiais arqueológicos comuns às duas regiões e, a partir daqui, para paragens ainda mais longínquas, já do outro lado do mediterrâneo.

Embora de época mais recente, tem interesse referir, a este propósito, o naufrágio da Idade do Bronze de Ulu Burun, Turquia, do século XIV a. C., que permitiu não só reconstituir a rota anterior do navio e os respectivos portos de escala, com base nos testemunhos dos produtos comerciados em cada um deles. Entre os materiais recuperados, figura um troço maciço de defesa de elefante, provável bloco de matéria-prima destinado ao comércio, e um dente de hipopótamo não modificado, certamente com idêntica finalidade (BASS, 1986, III.18 e III.19).

Depois dos estudos pioneiros de Siret, que apontava o mediterrâneo oriental como região de origem do marfim, a presença desta matéria-prima, no território peninsular, passou a ser, ulteriormente, relacionada com o comércio norte-africano. Assim se explicaria a presença, em diversas estações litorais do Marrocos atlântico, de objectos campaniformes, com destaque para as cerâmicas decoradas, acompanhadas de produções metálicas igualmente características, como pontas Palmela e punhais de lingueta (POYATO HOLGADO & HERNANDO GRANDE, 1987), peças estranhas às produções coevas locais. Contudo, se é indiscutível a presença de peças campaniformes de origem peninsular no litoral marroquino, os testemunhos materiais, para períodos antecampaniformes, de tais contactos são por ora desconhecidos naquela região.

Com efeito, tanto P. Bosh-Gimpera (BOSCH-GIMPERA, 1955) como, mais tarde, A. Gilman (GILMAN, 1975), concordam com as provas insofismáveis constituídas pela presença de materiais campaniformes, mas não indicam quaisquer outras, mais antigas. O segundo dos autores referido, é conclusivo quanto a este aspecto: «We have seen that the bulk of the artifactual inventory of the Neolithic of the western Maghreb in general and of nor-

thern Morocco in particular has no significant resemblances to prehistoric materials in the Iberian peninsula. Two classes of artifacts are exceptions to this pattern. True Beaker pottery has been found at a number of prehistoric localities in the Maghreb. In addition, a number of metal artifacts, mostly found out of context, clearly resemble types of the Spanish and Portuguese Bronze Age» (*op. cit.*, p. 128).

Remontando as mais antigas peças peninsulares de marfim ao Calcolítico pré-campaniforme, como já tinha sido assinalado por R. Harrison (HARRISON, 1977, p. 39), a ocorrência da peça de Leceia – a única com indicação estratigráfica precisa das até agora conhecidas no território português – ter-se-ia de procurar noutra região, que não o Norte africano, a origem do marfim de que são feitas¹. Tal realidade faz, de novo, do Mediterrâneo oriental, uma área possível para a origem desta matéria-prima.

6 – Conclusão

O alfinete de Leceia de marfim de elefante dado agora a conhecer, situável no Calcolítico Inicial da Estremadura, correspondente a boa parte da primeira metade do III milénio a. C., é um dos mais interessantes e antigos testemunhos, do comércio pré-campaniforme de marfim entre o território peninsular e o Norte de África ou, mais provavelmente, no estado actual dos nossos conhecimentos, com o Mediterrâneo oriental. Junta-se, assim, a outra evidência: o adorno de concha de *Patella safiana*, também reportável à mesma época, recolhido no povoado do Pedrão, Setúbal (SOARES & SILVA, 1975, CARDOSO & GUERREIRO, 2001/2002), cuja origem africana é inquestionável, afastada a hipótese de corresponder ao reaproveita-

¹ Na verdade, das evidências peninsulares inventariadas por R. J. Harrison, nenhuma autoriza a admitir uma realidade comercial calcolítica pré-campaniforme na Estremadura portuguesa: com efeito, sem questionar, na globalidade, a correcta classificação das peças por ele vistas, para nenhuma delas se conhecem contextos precisos ou associações com controlo estratigráfico. Deste modo, facilmente se compreende a importância do achado do alfinete de Leceia, em contexto do Calcolítico Inicial. Mesmo no Algarve, a cronologia das peças calcolíticas ali provenientes não pode seguramente ser correlacionada com a de Leceia: com efeito, a peça recolhida no monumento dolménico de Nora será já dos inícios da Idade do Bronze, como já se referiu, e a presença de marfim norte-africano em outras estações algarvias, como as *tholoi* de Alcalar, pode em parte coincidir com o campaniforme, tenha-se em vista as óbvias características evoluídas da arquitectura, sendo deste modo mais recentes que o achado de Leceia.

mento de uma concha fósfil². Este estudo evidencia, por outro lado, a necessidade de se proceder a revisão e identificação sistemática de muitos dos materiais nele referidos, todos eles conhecidos de há muito mas jamais valorizados como mereceriam, a começar pela identificação rigorosa da respectiva matéria-prima. A confirmar-se que se trata de marfim, a relevância de tais contactos com o Mediterrâneo oriental, mais do que com o norte-africano, sobretudo no plano da difusão cultural, aliás acompanhados por outras evidências, sobretudo ao nível de artefactos ideotécnicos, teria sido seguramente superior àquela que, no presente, lhe é conferida.

Bibliografia

ALMAGRO BASCH, M. (1959) – Elementos para la cronologia absoluta del Bronce I en la Península Ibérica. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958), Lisboa, 1, pp. 161-185.

ALMAGRO BASCH, M. & ARRIBAS, A. (1963) – *El poblado y la necrópolis megalíticos de Los Millares (Santa Fe de Modújar, Almería)*. Madrid: CSIC (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 3).

ANTUNES, M. Telles & CARDOSO, J. L. (1992) – Quaternary elephants in Portugal: new data. *Ciências da Terra (UNL)*, Lisboa, 11, pp. 17-37.

BASS, G. (1986) – A Bronze Age shipwreck at Ulu Burun (KAS): 1984 campaign. *American Journal of Archaeology*, 90 (3), pp. 269-296.

BOSH-GIMPERA, P. (1955) – Néo-Énéolithique espagnol et africain. *Actes du II Congrès Panafricain de Préhistoire* (Alger, 1952), Paris, pp. 503-508.

BRUNTON, G. & CATON-THOMPSON, G. (1928) – *The Badarian civilisation and predinastic remains near Badari*, London: British School of Archaeology in Egypt.

CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 9/10, pp. 89-225.

CARDOSO, J. L. (1994) – O litoral sesimbrense da Arrábida. Resenha dos conhecimentos da sua evolução quaternária e das ocupações humanas correlativas, *Sesimbra Cultural*, Sesimbra, 4, pp. 5-12.

² Embora conhecida em depósitos marinhos no Forte da Baralha, perto do cabo Espichel, a cerca de 40 km de distância, esta espécie encontra-se representada por exemplares partidos, ou fortemente concrecionados nos respectivos sedimentos (CARDOSO, 1994; CHOFFAT & DOLLFUS, 1904/1905), o que tornaria altamente improvável a possibilidade de extracção de um exemplar inteiro.

CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a. C.*, Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, 19 (1), pp. 37-55.

CARDOSO, J. L. (2001) – Achados subaquáticos de defesas de elefante, prováveis indicadores do comércio púnico no litoral português. *Os Púnicos no extremo ocidente*, Actas do colóquio internacional (Lisboa, 2000, A. A. Tavares, ed.), Lisboa: Universidade Aberta.

CARDOSO, J. L. (2003) – *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

CARDOSO, J. L. & GUERREIRO, A. (2001/2002) – Presença do género *Conus* sp. no Neolítico ou Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 10, pp. 363-373.

CHOFFAT, P. & DOLLFUS, G. F. (1904/1905) – Quelques cordons littoraux du Pleistocène du Portugal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*, Lisboa, 6 (1), pp. 158-173.

COSTA, A. I. Marques da (1907) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. *O Archeologo Português*, Lisboa, 12, pp. 206-217 e 320-338.

FRANÇA, J. Camarate & FERREIRA, O. da Veiga (1958) – Estação pré-histórica da Samarra (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 58, pp. 61-84.

GALLAY, G. et al. (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

GILMAN, A. (1975) – *A Later Prehistory of Tangier Morocco*. American School of Prehistoric Research, Peabody Museum, Harvard University, 181 pp (Bulletin 29).

GONÇALVES, V. S. (1997) – As necrópoles de Monchique e o megaltismo do Algarve: algumas notas para uma futura revisão. *Noventa séculos entre a terra e o mar* (M. F. Barata, ed.), Lisboa: IPPAR, pp. 163-189.

GONÇALVES, V. S. (2003) – O Algarve oriental no 4.º e 3.º milénios. *Tavira. Território e Poder* (MAIA, M.; FERNANDES, C.; Lopes, M. & CAVACO, S., ed.), Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Tavira, pp. 23-35.

HARRISON, R. J. (1977) – *The bell beaker cultures of Spain and Portugal*, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University, Cambridge, Massachusetts.

JALHAY, E. (1943) – O castro eneolítico de Vila Nova de São Pedro e as suas relações com o norte-africano e o Mediterrâneo oriental. *IV Congresso Luso-Espanhol para o Proresso das Ciências* (Porto, 1942), Actas, Porto, 8, pp. 107-117.

KRZYSKOWSKA, O. & MORLOT, R. (2000) – Ivory and related materials. *Ancient egyptian materials and technology* (P. T. Nicholson & Shaw, ed.), Cambridge University Press, pp. 320-331.

LEISNER, G. & LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Erster Teil: Der Süden*, Tafelband, Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Römische-Germanische Forschungen, Band 17).

LEISNER, G. (1945) – A cultura eneolítica do Sul da Espanha e suas relações com Portugal. *Arqueologia e História*, Lisboa, Série VIII, 1, pp. 11-28.

LEISNER, V.; PAÇO, A. do & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa, s/ editor.

LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1969) – Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos, Lisboa: *Serviços Geológicos de Portugal* (Memória n.º 12 – N.S.).

PAÇO, A. do (1960) – Castro de Vila Nova de São Pedro. XII Alguns objectos de osso e marfim, *Zephyrus*, Salamanca, 11, pp. 105-117.

POYATO HOLGADO, C. & HERNANDO GRANDE, A. (1988) – Relaciones entre la península Ibérica y el norte de África: «marfil y campaniforme», *Congreso Internacional «El Estrecho de Gibraltar»* (Ceuta, 1987), Madrid: UNED, 1, pp. 317-329.

SALANOVA, L. (2000) – Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais, *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), Actas, 4, pp. 399-409.

SIRET, L. (1908) – Les Cassitérides et l'empire colonial des Phéniciens, *L'Anthropologie*, Paris, 19, pp. 129-166.

SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal, *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 1, pp. 53-153.

VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886/1889) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vols. 1 e 3.

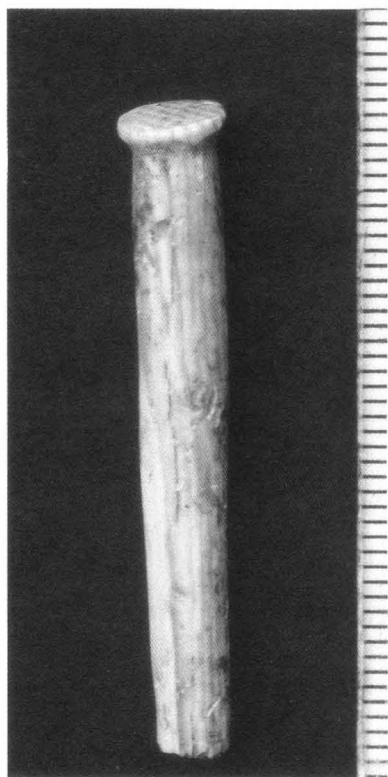


Fig. 1 O alfinete de marfim, incompleto, de Leceia.
Foto J. L. Cardoso. Escala em mm.



Fig. 2 Localização do achado do alfinete de marfim, no contexto da área edificada do povoado pré-histórico de Leceia. Foto J. L. Cardoso.

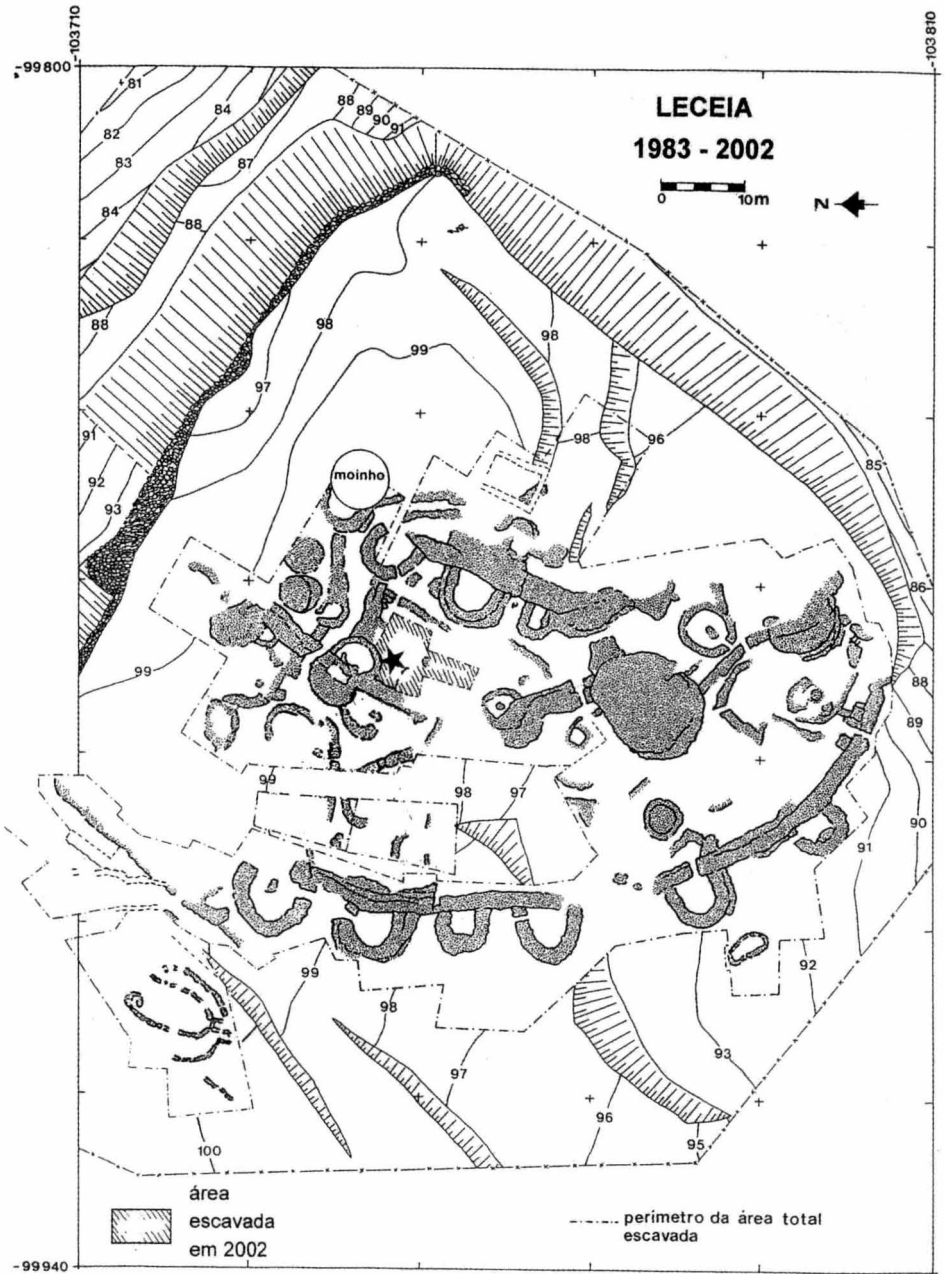


Fig. 3 Planta da área escavada do povoado pré-histórico de Leceia, com a localização (estrela) do achado do alfinete de marfim, entre a segunda e a terceira linhas defensivas.